



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NO DIA 06 DE FEVEREIRO DE 2015

No dia seis de fevereiro de 2015 realizou-se a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, gestão 2014-2016, na Sala Plenária do 10º andar da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em Brasília/DF, com os seguintes pontos de pauta: 1ª) Informes; 2º) XII Conferência Nacional de Direitos Humanos – Dezembro de 2015; 3º) Demandas e denúncias para o CNDH; e 4º) Relatorias das Comissões e Grupos de Trabalho. Estiveram presentes os seguintes representantes da **sociedade civil**: **Ivana Farina Navarrete Pena** (Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG, titular) **Carlos Magno Silva Fonseca** (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT, titular); **Cristian Trindade Ribas** (Coletivo Nacional de Juventude Negra - ENEGRECER, titular); **Adelar Cupsinski** (Conselho Indigenista Missionário - CIMI, titular); **Melisanda Bertolete Trentin** (Justiça Global, suplente do CIMI); **Helena Martins do Rêgo Barreto** (Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, titular); **Leonildo José Monteiro Filho** (Movimento Nacional da População de Rua - MNPR, titular); **Rildo Marques de Oliveira** (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH, titular); **Darci Frigo** (Plataforma de Direitos Humanos - Dhesca Brasil, titular); **Ricardo de Araújo Barreto** (Associação Brasileira de Magistrados - AMB, suplente da Plataforma Dhesca); **Maria Dirlene Trindade Marques** (Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, RNFS, titular); **Maria Madalena Nobre** (Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down - FBASD, suplente da RNFS); **Vera Silva Facciolla Paiva** (Conselho Federal de Psicologia - CFP, titular). Como representantes do **poder público** estiveram presentes: **Ideli Salvatti** (Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, titular); **Wellington Pantaleão da Silva** (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, suplente); **Vanessa Grazziotin** (Senado Federal – Maioria, titular); **Luciana Christina Guimarães Lóssio** (Entidade de Magistrado, Conselho Nacional de Justiça, titular); **Pedro Saldanha** (Ministério das Relações Exteriores – MRE, suplente); **Vladimir Sampaio Soares de Lima** (Ministério da Justiça – MJ, suplente); **Claudionor Barros Leitão** (Defensoria Pública da União – DPU, suplente); e **Ronaldo Campos** (Polícia Federal-PF, suplente). Além das conselheiras e conselheiros, estavam presentes a coordenação do CNDH, composta pela Coordenadora-geral do CNDH **Maria Gutenara Martins Araujo**, **Cristiane de Castro da Cruz** (assessora do CNDH); **Cláudio Picanço Magalhães** (assessor CNDH) e demais participantes: **Bruna Lóssio**

(Entidade dos Magistrados, CNJ); **Dalva Silva** (SMDM/PROVITA); **Igor Valois** (PFDC/MPF); **Milena Flores** (Procuradoria da Mulher, Senado Federal); **Olmar Klich** (MNDH); **Marcello Barra** (CONSEA); **Danilo Vergani** (SDH/PR); **José Sóter** (Abraço Nacional); e **Júlia Lima** (Artigo 19). A reunião foi aberta pelo Vice-presidente interino, **Cristian Trindade Ribas (Enegrecer)**, que saudou a todos os conselheiros e conselheiras presentes e abriu para aprovação e considerações sobre a ata da primeira reunião ordinária do CNDH. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** iniciou as falas sugerindo que o Conselho fizesse uma ata resumida para facilitar a recordação do que foi debatido, encaminhado e decidido na reunião. Após debates e sugestões, os conselheiros concordaram por uma ata mais sintetizada. A conselheira **Melisanda Trentin (Justiça Global)** saudou a todos e informou sobre a reunião que aconteceria naquele dia com o comissário da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, Felipe Gonzalez, e sugeriu a participação de alguns conselheiros nessa reunião, no intuito de relatarem um pouco a experiência do Conselho e suas deficiências frente aos Princípios de Paris. O Vice-presidente interino **Cristian Trindade Ribas (ENEGRECER)** concordou com as propostas feitas pela conselheira e propôs a formação de uma comissão de três conselheiros para representarem o Conselho nessa reunião. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** informou que a Comissão Nacional de Políticas Indigenistas (CNPI) tem interesse em participar das reuniões do Conselho, conforme relatado pela Sra. Thais, representante da FUNAI. O conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)** informou e convidou todas as organizações e seus representantes para o ato político que a ABGLT realizará no dia treze de março em Curitiba no aniversário da ABGLT. A conselheira **Vera Paiva (CFP)** informou o conselho sobre o processo de regulamentação, pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), das chamadas “comunidades terapêuticas”. Disse que as investigações feitas pelo CFP encontraram inúmeras violações de direitos humanos e que se depararam frequentemente com situações de trabalho escravo, com violações permanentes de direitos sexuais, com o sequestro de documentos dos acolhidos e a presença de arquiteturas prisionais nesses espaços. Comunicou que várias propostas que estão em discussão na regulamentação são inaceitáveis para o movimento de saúde mental. Então, pediu que a ministra Ideli Salvatti fizesse uma leitura atenta do que está em discussão no âmbito do Ministério da Justiça e que ela fizesse gestão junto a eles chamando atenção para isso. O conselheiro **Vladimir de Lima (MJ)** sugeriu que o Conselho convidasse um representante do CONAD no intuito de informar sobre os debates referentes à proposta de regulamentação das comunidades terapêuticas. A conselheira **Ivana Farina (CNPNG)** disse que encaminharia o documento do CFP para o CNPNG, onde há um grupo formado por promotores e procuradores de justiça defensores de direitos humanos, para que se fizesse uma análise. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** reforçou a fala da conselheira Vera Paiva do CFP e complementou dizendo que o Ministério Público do Trabalho do Estado do Paraná realizou cinco audiências públicas, a pedido do MNPR, e informou que, por meio das fiscalizações que foram feitas, algumas comunidades terapêuticas foram fechadas. Sugeriu que o Conselho tivesse uma comissão para discutir o assunto, para participarem efetivamente das fiscalizações e trabalhos que estão sendo realizados. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** falou que concorda em quase tudo falado pela conselheira Vera Paiva. Disse que na realidade, não se trata de uma discussão de saúde para os usuários de drogas,

mas sim de uma possível política de higienização social, sobretudo das pessoas em situação de rua. Em seguida, reforçou os abusos de direitos humanos que essas pessoas sofrem por essas comunidades terapêuticas. Informou que existem as RAPS (Redes de Apoio Psicossocial), que são realmente inseridas em uma política de saúde. Portanto, o funcionamento das comunidades terapêuticas está na contramão das RAPS. Sugeriu que fosse feito um documento, em um nível de recomendação, para que o órgão que está fazendo a gestão dessa regulamentação promova um maior debate sobre a temática antes de tomar uma decisão definitiva. O conselheiro **Vladimir de Lima (MJ)** informou que existe um Projeto de Lei (PL 7663/2010) no Senado que trata sobre comunidades terapêuticas. O PL traz diversas questões que poderiam até mesmo piorar a situação que temos hoje em relação às comunidades terapêuticas. Então, pela importante atuação que o CONAD vem fazendo a respeito do caso, sugeriu convidar o Secretário Nacional de Política sobre Drogas, Vitore André Zílio Maximiano, para construir com o Conselho, debater e apresentar quais são as posições que estão sendo colocadas a respeito do assunto. A conselheira **Vera Paiva (CFP)** esclareceu que o CFP resolveu participar do debate da regulamentação, pois acham que, se não participassem, não haveria soluções para o caso. Informou que na minuta que está em debate não inclui a redução de danos como técnica, mas somente abstinência, e que o CFP está propondo incluir a redução de danos como técnica. A conselheira **Ivana Farina (CNPJ)** lembrou que a proposta de regulamentação já está em situação de consulta pública e que não seria o caso de recomendação, mas do Conselho comparecer à SENAD e apresentar a posição do CNDH. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** disse que o Conselho pode juntar as propostas apresentadas, ou seja, os conselheiros apresentam a moção ao secretário da SENAD e, em uma mesma reunião, expressam as questões que foram colocadas, além de participar da consulta pública, que é virtual. A conselheira comunicou que a ABRASME também se colocou à disposição para colaborar com a discussão sobre o tema. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** abriu espaço para a indicação de membros para a comissão que representará o CNDH na audiência junto ao presidente do CONAD, que ficou formada pelos seguintes conselheiros: Madalena Nobre, Ivana Farina, Vera Paiva, Leonildo Monteiro e Fábio Belloni. O Vice-presidente **Cristian Ribas (Enegrecer)** retomou o informe da conselheira Melisanda em relação à representação do Conselho na reunião com o comissariado, que ficou formado pelas conselheiras Melisandra e Maria Dirlene e sugeriu, ainda, que mais um conselheiro se disponibilizasse para acompanhá-las. Em seguida, passou a palavra para todos os ouvintes se apresentarem. Dada às devidas apresentações abriu o ponto de pauta sobre a XII Conferência Nacional de Direitos Humanos. A Coordenadora-geral do CNDH, **Maria Gutenara Araujo**, retomou o que tinha sido discutido na reunião anterior sobre o processo de conferências conjuntas. Falou que tais conferências estão previstas para ocorrerem no mês de dezembro de 2015. Além da XII Conferência Nacional de Direitos Humanos, terão outras quatro conferências neste mês de responsabilidade da SDH/PR e dos Conselhos a ela vinculados (CONANDA, CNCD/LGBT, CNDI, CONADE). Comunicou que a proposta de se realizar as conferências de forma conjunta foi aprovada pelo CNDH na última reunião. No momento, o que ainda não tinha sido discutido com tanta profundidade na reunião passada, devido à pauta apertada, e precisaria ser discutido, seria sobre a definição do tema, sobre a comissão organizadora e sobre o comitê executivo que será

composto pela SDH/PR e por representantes dos cinco conselhos nacionais. Informou que o CNDH propôs uma modificação na proposta de portaria com a inclusão de suplentes para os membros do Comitê Executivo, proposta que foi acatada. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** pediu esclarecimento sobre o Comitê Executivo a quem o Conselho deve indicar dois titulares e seus suplentes. Perguntou sobre as atribuições das duas pessoas que estarão no Comitê Executivo. A Assessora da Secretaria Executiva da SDH/PR, **Polliana Alencar**, esclareceu sobre as competências do Comitê Executivo e explicou que a ideia é a de que o Comitê Executivo coordene as atividades das comissões organizadoras das conferências, que ele apresente à SDH/PR as demandas para operacionalização do evento e que elabore orientações aos estados e municípios sobre as Conferências Nacionais Conjuntas. Polliana Alencar frisou que o Comitê Executivo não substitui as Comissões Organizadoras de cada Conselho e lembrou que cada Conselho é autônomo na organização de suas conferências. Ponderou também que a definição que cabe à SDH/PR é meramente operacional. Uma das funções do Comitê Executivo é apresentar à SDH/PR as demandas para operacionalização do evento que ficarão condicionadas, obviamente, a disponibilidade econômica administrativa. **Cristian Ribas (Enegrecer)** abriu a reunião para discussão sobre o tema da XII Conferência Nacional de Direitos Humanos e disse que não necessariamente a definição do tema seria retirada daquela reunião. Antes de passar a palavra, o conselheiro lembrou sobre a necessidade de se encaminhar com as indicações para a composição da Comissão Organizadora e do Comitê Executivo, pensar quem poderá compor. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** discorreu sobre a importância da definição do tema. Disse que as questões de orçamento, questões estruturais, o detalhamento de como se dará o funcionamento das Comissões e Comitês é menos importante do que o debate político sobre a Conferência. A conselheira ressaltou a experiência ruim em relação às conferências quanto a não efetivação das políticas e de várias questões não encaminhadas, sem contar com o lado conservador que não quer de fato nenhuma participação na elaboração das políticas. Por esse motivo, disse que o Conselho deve construir uma conferência que consiga avançar com as políticas. Falou que a grande contribuição dessa conferência será a possibilidade da sociedade voltar a discutir direitos humanos para além dessa discussão rasa e muitas vezes pautadas pelo lado conservador. Então, o tema da conferência tem que estar um pouco dentro desse objetivo geral que é de mobilização e fortalecimento das lutas contra o conservadorismo. Por fim, comentou que a oportunidade de ter cinco conferências conjuntas é imensa e talvez seja um espaço de produção de sínteses como raramente se tem visto, não podendo fazer com que esse encontro seja somente geográfico e físico, mas que ele consiga de fato produzir reflexões das temáticas de forma transversais. Então pensar na oportunidade de construção de fóruns comuns de espaço de interlocução, talvez seja a maior riqueza desse processo. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** ponderou que a partir do momento que ficar esclarecido o que se quer em uma conferência, o Conselho conseguirá direcionar o tema. Sugeriu então que o Conselho discutisse um pouco para entender o que é uma conferência e o que se espera dela. A conselheira **Melisanda Trentin (Justiça Global)** disse que é um avanço que se tenha pensando um pouco na estrutura das conferências conjuntas e que os pontos apresentados estariam voltando em um debate da décima primeira conferência nacional de direitos humanos. Disse que houve um avanço conceitual quanto ao conceito de

interdependência dos direitos humanos em que foi superada um pouco a ideia dos seguimentos e conseguiram trabalhar em seis ou sete eixos, sendo isso a base para conseguir construir o PNDH-3. A interdependência desses eixos foi um avanço muito positivo, tanto para a construção do plano em si como também para outro objetivo que é fundamental de uma conferência que é a mobilização da sociedade civil. Falou que o maior desafio é conseguirem dialogar com todo esse debate que está colocado sobre a crise de representatividade, sobre a insuficiência dos mecanismos de participação. Salientou que se o Conselho vai apostar em um processo de conferência, ele tem que dar continuidade de alguma maneira ao que foi produzido até o momento, não podendo, assim, desprezar o PNDH-3. O Conselho teria, então, que ajudar a consolidar uma política e um sistema e mobilizar grande parte desses grupos autônomos independentes que estão excluídos do debate mais institucional. O conselheiro **Carlos Magno (CNDH)** lembrou do conceito literal de conferência, que tem o papel de conferir. Concordou com a ideia da realização das conferências conjuntas, no entanto, acha que tem um problema de metodologia. O conselheiro ressaltou a importância do PNDH-3, sendo uma referência em todo país, não podendo ser engavetado. Sugeriu a construção de um caderno de texto orientador e pediu que se pensasse em um tema que unifique várias lutas específicas, por exemplo, a defesa do estado laico e a questão de educação em direitos humanos, pois esses temas são os que podem unificar a diversidade e mobilizar. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** afirmou que o Conselho precisa continuar afirmando os direitos de cada grupo e ao mesmo tempo promover a união para o enfrentamento da onda de conservadorismo na sociedade. A conselheira **Ivana Farina (CNPQ)** ressaltou a importância da afirmação da cultura de direitos humanos, pela dignidade da pessoa humana, contra a barbárie e o retrocesso. A conselheira **Vera Paiva (CFP)** colocou a relevância da reciprocidade e dignidade humana na produção de equidade. Trouxe ainda como proposta a frase do professor Boaventura de Souza Santos “lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem, lutar pela diferença sempre que a igualdade nos descaracterize”. Por fim, concluiu que não falaria em retrocesso, pois acha que não se trata exatamente de um retrocesso. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** concordou com as colocações da conselheira Vera Paiva e colocou a necessidade de um tema na conferência que leve a ações educadoras e a retomada do tema sobre a criação do sistema nacional de direitos humanos e o PNDH-3. Ressaltou que o que é importante na conferência é um debate com aqueles que têm o poder de decisão, aqueles que estão fazendo libelos acusatórios, que têm o poder de fazer a articulação política e gestão de setores de políticas que afetam direitos humanos, pois assim o resultado será produtivo. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH)** disse que a questão dos textos orientadores colocado pelo conselheiro Carlos Magno é fundamental, pois eles podem ajudar a alinhar os temas das cinco conferências. Concordou com a fala do conselheiro Rildo Marques que salientou a necessidade de ampliação do diálogo e a necessidade do conselho em atrair outros públicos para a conferência e ressaltou a importância de pensar um tema de forma afirmativa e de se avançar na questão da educação da cultura em direitos humanos. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** falou da importância do tema da educação inclusiva. Por isso, sugeriu que a inclusão e a educação inclusiva fossem debatidas na conferência. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** falou que o tema da conferência tem que dar uma resposta política para a sociedade em relação a esse momento que estamos

vivendo, que é um momento de reafirmar direitos. Nesse sentido, concordou com o conselheiro Wellington Pantaleão em pensar de forma afirmativa. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** também defendeu a visão de que é importante o conselho trabalhar em uma perspectiva afirmativa, na afirmação da efetividade dos direitos humanos. Falou a respeito dos momentos difíceis que não somente está sendo vivido no Brasil, mas também internacionalmente, que tange a questão do racismo, da xenofobia, questões religiosas. Disse que esses são momentos cíclicos e que para o Conselho lutar contra isso seria fundamental que se tenha uma pauta afirmativa e que se tenha como questão fundamental para as ações, os três pilares dos direitos humanos: a indivisibilidade, a interdependência e a universalidade. Por fim, falou do fortalecimento dos atores em direitos humanos e reforçou que o conselho deve ter como elemento central a mobilização social. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** fez uma breve reflexão sobre o preconceito. Disse que é necessário ouvir o outro lado, ouvir a sociedade, mas infelizmente há dentro do Conselho um conservadorismo de não querer trabalhar com seu próximo porque está em situação de rua. Então se deve avaliar de fato quem vai estar na comissão. A conselheira **Helena Barreto (Intervezes)** propôs um seminário, no dia anterior a próxima reunião do Conselho, com a presença da sociedade civil para promover a construção do tema. O conselheiro **Ricardo Barreto (AMB)** falou da importância da mudança na mentalidade do país em relação aos direitos humanos. Por isso a conferência seria importante e que será preciso evitar a visão conservadora de jovens, por exemplo, incluindo a matérias de direitos humanos nas universidades. Após as reflexões sobre o tema para a 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, o vice-presidente, **Cristian Ribas (ENEGRECER)** abriu para as indicações que comporão a Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos e para o Comitê Executivo. Solicitou o nome de seis pessoas para integrarem a Comissão Organizadora e dois nomes para o Comitê Executivo. A Ministra **Ideli Salvatti (SDH)** saudou a todas e a todos e informou que não pôde participar da abertura da Reunião do Conselho, pois estava participando de evento na OAB que instalou a Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil e ressaltou sobre a necessidade do Conselho acompanhar também essa temática. Informou sobre a iniciativa que teria início naquele dia a tarde, em uma solenidade de abertura do ano do Judiciário em São Paulo com assinatura de um compromisso de um projeto de audiência de custódia que vai envolver o CNJ, o CNMP, o Tribunal de Justiça de São Paulo, a OAB, ou seja, todos os órgãos do judiciário federal e do estado de São Paulo e mais a OAB nacional e a OAB de São Paulo para a garantia de que possa ser feita em até 24 horas a audiência do preso em flagrante. Em seguida, a Ministra propôs uma moção do Conselho em apoio a tal iniciativa. A proposta de moção foi aprovada pelo CNDH e ficaram como responsáveis pela elaboração do texto o conselheiro Gabriel Sampaio e a conselheira Helena Martins. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** abriu o ponto de pauta sobre as relatorias das comissões, grupos de trabalho e casos existentes quando aprovado o CNDH. Os conselheiros **Adelar Cupsinski (CIMI)** e **Claudionor Leitão (DPU)** apresentaram a primeira relatoria que tratava das comissões, grupos de trabalho e casos sobre povos indígenas. O Conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** fez uma apresentação geral dos casos e informou que o maior problema dizia respeito a não demarcação das terras e sugeriu o acompanhamento dos casos por meio de uma comissão que trate de direitos indígenas

de forma ampla. Em seguida, o conselheiro **Claudionor Leitão (DPU)** complementou a relatoria dos casos sobre povos indígenas e sugeriu também a continuidade do tratamento dos casos por uma comissão sobre povos indígenas. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** se colocou à disposição para entrar em contato com a FUNAI caso o Conselho solicite informações sobre a situação da demarcação dos casos trazidos ao CNDH. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** apontou a necessidade de incluir a questão quilombola como uma subcomissão. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** falou que a proposta que tinha em mente seria a de uma comissão em direitos indígenas e uma comissão de comunidade de povos tradicionais, que incluiria as comunidades tradicionais de matriz africana, comunidades quilombola, além de outras comunidades e grupos, como ciganos, pescadores, população ribeirinha. O Conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)**, responsável pela relatoria do GT Atingidos por Barragens, informou o histórico e atuação do grupo e de seu estágio atual. Informou que o Grupo de Trabalho já realizou todas as missões às hidrelétricas analisadas e para a conclusão de seus trabalhos estão faltando apenas a aprovação de dois relatórios referentes às essas missões. O conselheiro sugeriu a continuidade dos trabalhos deste grupo até o fim do primeiro semestre de 2015, já que falta pouco trabalho para a sua conclusão. Além disso, o conselheiro apontou a metodologia de trabalho deste GT como rica e que poderia servir de modelo para as comissões futuras do Conselho e para a continuidade posteriormente do tratamento pelo CNDH de empreendimento com grande impacto social e ambiental. Sugeriu também que, no âmbito da reestruturação do Conselho, que pudessem considerar o tema dentro de um universo mais abrangente. Disse também que esse GT tem uma tendência de ser estruturalmente permanente desde que sua atuação seja ampliada. Sugeriu também que o Conselho monitore as recomendações e resoluções do GT. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** fez uma observação no sentido de que as comissões que o Conselho venha a criar consigam fazer uma comunicação com as outras, já que muitas vezes há interfaces entre elas. Por exemplo, os atingidos por barragens muitas vezes são populações ribeirinha, quilombolas ou indígenas. O conselheiro **Cristian Ribas (Enegrecer)** falou que após o final das apresentações o Conselho poderia fazer essa avaliação conjunta, o que de antemão o Conselho acha que deva se manter como comissão, subcomissões, permanecer com grupos de trabalhos. **Luciana Lóssio** propôs que as comissões pudessem se reunir uma vez por mês e recomendou também que fosse criada uma comissão sobre o sistema prisional brasileiro e dentro dessa comissão fossem criadas subcomissões. A conselheira sugeriu uma visita o mais breve possível ao Complexo do Curado para apurar a situação das violações de direitos humanos praticados recentemente. A Coordenadora-geral do CNDH, **Maria Gutenara Araújo**, informou que teria uma visita prevista para os dias vinte e cinco e vinte e seis de fevereiro pelo grupo que monitora o pacto emergencial que o estado de Pernambuco deve cumprir perante CIDH e solicitou ao Conselho a indicação de representante para participar da agenda. A conselheira **Ivana Farina (CNPB)** disse entender que o Conselho não precisa formar uma subcomissão como estrutura, no entanto, dentro da própria comissão é possível se ter desdobramentos. Em seguida defendeu a permanência do Grupo de Trabalho sobre Armamentos de Baixa Letalidade no Conselho, pois hoje existe um processo de regulamentação da lei que dispõe sobre tais procedimentos e que essa lei é inspirada no trabalho do Conselho. O conselheiro **Ricardo Barreto (AMB)** concordou

e salientou que, por seu um tema complexo, o tratamento do sistema prisional pode demandar muitas ações e defendeu a constituição de uma comissão permanente. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** disse que o Conselho precisa operar com o mínimo de comissões possíveis e que, de um modo geral, o Conselho precisa tentar reduzir o número de comissões. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** informou sobre a existência de GT no MJ responsável por construir proposta de regulamentação da Lei 13.060, 22 de dezembro de 2014, e sugeriu a participação do CNDH nele. Informou que o MJ tem tentado separar as discussões de sistema prisional e segurança pública no intuito de evitar que haja confusão em relação às visões sobre esses dois temas. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** retomou o assunto sobre a visita ao presídio Aníbal Bruno, a agenda de reunião prevista para os dias vinte cinco e vinte seis de fevereiro. Falou da necessidade do Conselho escolher um representante e que este procure os movimentos sociais em Pernambuco. O comitê estadual de direitos humanos e o Movimento Nacional de Direitos Humanos estão demandando ações do Conselho, então eles precisam ser envolvidos nessas ações também. A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** concordou com as sugestões do conselheiro Rildo Marques e com a permanência do GT de Armamento de Baixa Letalidade e reforçou sua proposta de criação de uma comissão sobre o sistema prisional e dentro delas poderia se estabelecer relatorias. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** falou da necessidade dos grupos se reunirem para se organizarem e definir as estruturas das comissões. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** esclareceu que no final a comissão vai se reunir e discutir pela criação de subcomissão ou grupo de trabalho e analisar os encaminhamentos. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** falou que a comissão de segurança pública e direitos humanos começou em razão de algumas denúncias dos companheiros das Redes da Maré. O conselheiro citou algumas entidades e movimentos que fazem parte da comissão, dentre elas, o Observatório das Favelas, do Rio de Janeiro, o Movimento Mães de Maio, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Sugeriu ainda que fosse feita uma reunião para resinificar esses grupos, fazer contatos com essas entidades para analisar a possibilidade de ampliação ou não da comissão e, aproveitando a presença do CNJ e da AMB, disse que essas são duas entidades que seriam fundamentais na composição do grupo. Reforçou a defesa da permanência do GT Armamento de Baixa Letalidade, pois o grupo está atendendo as reivindicações dos movimentos sociais da população em geral. Por fim, falou sobre a Comissão Crimes de Maio. Informou que esse grupo teve ações *in loco* e provocou algumas recomendações, no entanto, a vigência da Comissão Crimes de Maio se expirou em março de 2014 e sugeriu avaliação do Conselho sobre o cumprimento das recomendações de seu relatório. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** fez uma observação, disse que no mês de fevereiro o Brasil deve enviar à Corte Interamericana de Direitos Humanos relatório sobre o presídio Pedrinhas, que foi demandado no fim de 2014. Sugeriu inserir na agenda do Conselho a análise do relatório para ser acompanhado. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** deu por encerrado essa comissão, passando para a próxima relatoria inscrita. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** questionou se poderia acompanhar o caso Zé Maria do Tomé sem, contudo, fazer parte do Grupo de Trabalho. O conselheiro **Cristian Ribas (Enegrecer)** comunicou que no final das apresentações das relatorias iriam encaminhar a criação ou não das comissões permanentes, pactuar, tentar criar calendários para essas comissões se reunirem e

encaminhar sobre sua subestrutura. Em seguida, passou a palavra para o conselheiro **Ricardo Barreto (AMB)** que apresentou sua relatoria sobre o Caso Zé Maria do Tomé. O conselheiro ressaltou a importância da continuidade desse grupo e propôs uma missão de ida a Limoeiro do Norte onde está correndo o processo sobre o assassinato de Zé Maria do Tomé, com o objetivo para se reunirem com o judiciário e as autoridades de segurança do Ceará. A conselheira **Ivana Farina (CNPQ)** sugeriu a criação de uma comissão de defensores dos direitos humanos para o caso Manoel Mattos, que a conselheira também é responsável por sua relatoria, e para o caso Zé Maria do Tomé, pois são casos de pessoas que foram mortas por serem defensores dos direitos humanos. O conselheiro **Ricardo Barreto (AMB)** introduziu outra relatoria de sua responsabilidade, o GT Soldado Lapoente. Sobre este GT informou, além do caso do Soldado Lapoente, há outros 22 casos de possíveis violações de direitos humanos envolvendo as Forças Armadas e concluiu sugerindo sua continuidade. A conselheira **Melisanda Trentin (Justiça Global)** retomou a questão sobre o sistema prisional e propôs a ampliação de uma possível comissão que não se restrinja a este sistema, mas inclua também outros ambientes de privação de liberdade, que incluiria manicômios, sistemas socioeducativos, comunidades terapêuticas, entre outros. Disse que as comissões não podem ser permanentes, devendo ter um prazo de duração. Por fim, aproveitou para questionar qual seria o papel do Conselho diante do cumprimento das recomendações do sistema interamericano. O vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** lembrou a conselheira que no final das apresentações das relatorias, o Conselho iria fazer as discussões sobre os encaminhamentos e pediu foco para dar andamento e concluir as apresentações. Em seguida, passou a fala para o conselheiro Claudionor Barros para apresentar a relatoria sobre a Comissão Especial Direito Humano à Alimentação Adequada. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** apresentou sinteticamente o histórico da comissão e os casos analisados. Disse que a comissão precisa de uma reestruturação. Em seguida sugeriu que fosse mantida a comissão de forma permanente devido à importância temática, atuação e sua transversalidade. Relatou que os casos, além da questão alimentar, trata da questão da terra e situações de miséria extrema. O senhor **Marcelo Silva (Secretário Executivo do CONSEA)** completou a fala do conselheiro destacando a interface que o grupo tem com a questão indígena. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** reforçou a permanência da comissão e sugeriu ampliar a dimensão da comissão para alimentação adequada e etnodesenvolvimento. Etnodesenvolvimento é um conceito criado junto ao plano nacional de desenvolvimento de povos e diz respeito às condições de desenvolvimento econômico, alimentar, sociais de povos tradicionais. Incorporar essas perspectivas étnicas poderá fortalecer e ampliar as perspectivas de intervenção da comissão. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)**, que também compõe a relatoria sobre esta comissão, concordou com a sugestão de sua continuidade e da importância de incorporação dentro dela do caso de quinhentas mil pessoas em situação de rua que estão sem acesso à alimentação e não constam nos índices do IBGE. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** sugeriu que a parte dos encaminhamentos feitos sobre a criação das comissões permanentes, sugestões, e a estruturação, fossem pontos principais da pauta da próxima reunião do conselho. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** propôs que o conselho aprovasse, naquela reunião, parte dos encaminhamentos que foram construídos e que a continuidade das comissões, a

questão da criação de novas necessitam de um debate mais aprofundado, devendo ser tratadas na próxima reunião ordinária. Sugeriu também que as comissões as quais os conselheiros não entrassem em um consenso fossem deixadas suspensas e na próxima reunião o Conselho debateria. Em seguida passou a fala para a conselheira inscrita **Helena Barreto (Intervozes)** que relatou os casos de centenas de assassinatos trazidos pelo grupo de trabalho de direitos humanos dos profissionais de comunicação, falou da importância de deslocamento de competência nesses casos. Reiterou as recomendações que constavam nos relatórios do grupo e destacou algumas. Solicitou que fosse retomada a criação do Observatório da Violência contra Comunicadores. Aproveitou a presença de representantes do Ministério da Justiça na reunião e reiterou a solicitação da criação de protocolos de atuação das forças de segurança em manifestações. Em relação ao Poder Executivo, especificamente à SDH/PR, falou sobre a proposta de ampliar o sistema de proteção com vias a contemplar os comunicadores. Falou sobre a importância de se construir uma proposta de regulamentação da mídia. Sugeriu a continuidade do monitoramento das recomendações do relatório final do grupo de trabalho e sugeriu a criação de comissão para a liberdade de expressão no âmbito do CNDH. Ponderou que todas as recomendações que constam no grupo e que ali foram destacadas poderiam ser solicitadas por ofício. A conselheira **Maria Dirlene Marques (RFNS)** apresentou a relatoria do GT Moradia Adequada, relatou sobre as visitas e as recomendações contidas no relatório final do grupo. Destacou uma recomendação mais abrangente que inclui o CNDH, que é a necessidade de fazer seminários, simpósios, congressos que debatam direito à cidade e o direito à moradia com a participação dos órgãos interessados. Nesse sentido, propôs ao conselho a publicização, tornar visível não somente as recomendações, mas as violações dos direitos à moradia adequada nos diversos locais. Por fim, a conselheira sugeriu o monitoramento das recomendações e manter uma comissão permanente destinada ao direito à cidade. A conselheira **Maria Madalena (RFNS)** completou a fala da conselheira Maria Dirlene relatando alguns pontos que chamaram sua atenção na leitura do material. Destacou que o que observou na leitura do relatório é que não houve, na questão da ampliação do debate ao direito a moradia adequada, uma ação por parte do GT. Houve uma recomendação aos órgãos competentes que realizassem um debate nacional, simpósios, congressos, seminários, mas não foi cumprido. Disse que o conselho na época da recomendação deveria ter estimulado mais para que isso acontecesse. Falou ainda sobre os conflitos fundiários, as ameaças, as violações no que dizem respeito à moradia adequada e disse que o Estado age de forma omissa, com bastante descaso. Destacou também a questão da Portaria nº 317/2013, do Ministério das Cidades, que define algumas orientações e procedimentos dos casos de remoção involuntária de famílias dos seus locais de origem que o Estado e o Ministério das Cidades não estavam cumprindo. Nesse sentido, fez uma observação com relação dos desastres naturais, enchentes, desmoronamentos, que as famílias nesses casos ficaram totalmente desamparadas. Por fim, reforçou a importância da continuidade do grupo de trabalho. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** completou também destacando as questões das enchentes que ocorreram em dois mil e dez no nordeste, em Pernambuco e Recife e a questão dos megas-eventos em relação à construção e reforma dos aeroportos, que em consequência disso houve a remoção de moradores próximos. Nesse diapasão, falou da importância da continuação do grupo de trabalho e da necessidade das visitas que são feitas. O conselheiro **Cristian Ribas**

(**Enegrecer**) passou à palavra para a conselheira Ivana Farina para falar do caso Manoel Mattos. A conselheira **Ivana Farina (CNPQ)** apresentou o caso e falou sobre o IDC que foi provocado pelo Conselho. Disse que nesse caso a urgência é a realização do júri. Falou do medo daqueles que são sorteados para o júri, para formar o conselho de sentença e julgar e há também o medo do judiciário local de soltar os acusados. Explicou que no caso Manoel Mattos houve o deslocamento de competência, saiu da justiça estadual da Paraíba e foi para a justiça Federal, mesmo assim os jurados não foram ao júri, o que eles alegavam é que existia uma situação de absoluta insegurança. Todos os agentes envolvidos estão sob ameaça e uma testemunha foi morta desde que o caso foi deslocado. Informou que foi ao superior tribunal de justiça e pediu para incluir o caso na justiça plena, no entanto, o julgamento só está se estendendo. A conselheira sugeriu que esse caso entrasse na comissão de defensores dos direitos humanos. Outra sugestão é de uma ida urgente até Pernambuco, acabou a fase de relatório para o júri, então o conselho tem que garantir pauta, avisar que a ministra Ideli Salvatti vai compor o júri, o conselho tem que dar entrevista nas redes de lá, lembrar que o caso está lá e manter contato com a Dona Nair mãe de Manoel Mattos. Portanto, os encaminhamentos são para o plenário autorizar o agendamento da data com a juíza federal para que seja feito o anúncio da data do julgamento para que o conselho possa pressionar e que o caso entre na comissão dos defensores. Ressaltou que a comissão irá ter um fim e esse caso está judicializado, então o caso também terá fim com o julgamento. Por fim, a conselheira deu outro informe urgente, que é o caso Cariri, outro defensor dos direitos humanos, cujo caso não ficou com nenhuma relatoria e sugeriu que esse caso fosse agregado à comissão. O conselheiro **Ricardo Barreto (AMB)** se propôs a trabalhar nos casos juntamente com a conselheira Ivana Farina. O conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)** integrante da comissão do grupo de trabalho de acompanhamento e monitoramento da implementação do PNDH-3, em uma fala breve, propôs monitoramento permanente do PNDH-3. Em seguida o Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** fez a leitura do conjunto de encaminhamentos feitos pelos conselheiros no decorrer da reunião. Falou que nem todos os grupos de trabalho terão condições de serem transformados em comissão. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** sugeriu que na comissão especial de alimentação adequada fosse incluída a questão do acesso à água. Em relação à moradia adequada sugeriu que o conselho trabalhasse na linha de alguma coisa relacionada ao direito a cidade, incluindo as questões de moradia, mobilidade. Na comissão de defensores de direitos humanos o conselho incluísse a criminalização dos movimentos sociais e reafirmasse a necessidade de recursos públicos para apoiar a sociedade civil de forma republicana. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** propôs a criação de uma comissão para população em situação de rua. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** falou sobre o caso da morte de José Ricardo, menor de idade, morador de Recife, cuja mãe era uma defensora e militante dos direitos humanos, que se encontra sob ameaça, inclusive está no programa de proteção. Informou que o caso será julgado agora em maio e seria de grande valia o conselho acompanhar o caso, pois Zé Ricardo era um menino gay e trata-se também de um crime de homofobia. Em relação ao sistema prisional, salientou sobre a questão do sistema prisional no norte do Paraná, que se apresenta com problemas caóticos. Nesse sentido, sugeriu que, criado o grupo do sistema de privação de liberdade, fizessem uma visita no local, um contato com os movimentos sociais na região para poder apurar o

que está acontecendo. A conselheira **Ivana Farina (CNPB)** disse que seu encaminhamento é para a aprovação dessas comissões que foram nominadas pelos conselheiros mesmo de forma precária, acrescidas tematicamente pelo conselheiro Darci Frigo, pois assim possibilitaria o encaminhamento de algumas questões urgentes e também uma visualização da estrutura nessa fase de transição. O conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)** ressaltou que no contexto da ONU o direito a água é tratado de uma forma mais ampla, é o direito a água potável e saneamento. Informou que o relator especial para isso é o brasileiro Leo Heller. Então, sugeriu que seria mais adequado incluir esse tema no grupo de trabalho moradia adequada. A conselheira **Maria Madalena (RFNS)** propôs a criação de uma comissão permanente com relação à pessoa com deficiência. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** defendeu a necessidade do Conselho também olhar para a população de rua assassinada. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** disse que acredita que a questão da população de rua deva ser tratada dentro da comissão de segurança pública. Falou que para esse tema, no mínimo terá que ser criado um grupo de trabalho ou uma subcomissão. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH)** expressou sua preocupação em relação às propostas de criação de comissões e grupos de trabalho feitas pelos conselheiros. Falou que na secretaria de direitos humanos já existem colegiados específicos que tratam de temas que foram propostos pelos conselheiros, por exemplo, a questão dos defensores, na SDH/PR já existe o programa de proteção aos defensores. Nesse sentido, disse que há necessidade do conselho dialogar melhor sobre esses pontos colocados, analisar o que seria razoável para a criação de grupos ou de comissões, afim de não encapar a competência e atribuição de outros colegiados. O Vice-presidente **Cristian Ribas (Enegrecer)** apresentou os encaminhamentos com relação à criação de comissões e comissões provisórias, propostas pelos conselheiros, para que entrassem em um consenso e informou que a partir disso na próxima reunião definiriam as comissões que seriam permanentes ou não. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH)** reforçou e sugeriu que em relação às pautas que já existem um colegiado nacional, o Conselho fizesse uma discussão mais profunda sobre a necessidade de criação de comissão específica. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** falou ao Vice-presidente interino, Cristian Ribas, que assim como alguns GT's viraram comissão, alguns GT's temporários podem virar comissões permanentes. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** concordou e esclareceu, por exemplo, a questão do GT Moradia Adequada, o Conselho não criou uma comissão e não vai virar uma comissão agora. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** disse que o que entendeu foi que foram criadas comissões em caráter precário, que ainda serão discutidas, e foram mantidas as comissões existentes. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** falou que nesse sentido é possível garantir a comissão de comunicação e liberdade de expressão. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (SDH)** falou que como o Conselho não está fechando os encaminhamentos, e não iram se reunir antes da reunião, salvo as comissões que estão com data marcada e que já estão em funcionamento, sugeriu que o Conselho fosse trabalhando os nomes e os conceitos apresentados, pois existem conceitos que precisam ser amadurecidos. Lembrou que algumas comissões já estão em funcionamento e não pararam. Informou que nos dias vinte e seis de vinte e sete de fevereiro haverá reunião da Comissão Especial Direito Humano à Alimentação Adequada, e está prevista para março a reunião do GT Atingidos por Barragens. Por

fim, retomou o assunto do caso Aníbal Bruno, que até o momento o Conselho não havia indicado um nome para a visita *in loco*. **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** questionou sobre a forma de inserção dos conselheiros no grupo e informou que gostaria de compor também a comissão de defensores de direitos humanos. A conselheira **Ivana Farina (CNPNG)** informou que as deliberações que constarão na ata será uma formalidade que autorizará a Coordenadora-geral Maria Gutenara, a fazer algumas movimentações, pois é uma deliberação do plenário e o plenário é a instância maior do conselho. Comunicou ao conselheiro Ricardo Barreto que os dois casos urgentes apresentados por ela, tem que ter autorização do plenário para que a diligência seja feita. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** sugeriu que as propostas feitas fossem sistematizadas pela secretaria executiva, depois postas à disposição para debate e na próxima reunião ordinária do conselho para serem retomadas às discussões. Em seguida, respondendo ao questionamento do conselheiro Darci Frigo, informou que nesse momento os conselheiros irão debater sobre quais comissões irão permanecer ou serem extintas. O conselheiro reforçou sobre os temas de emergência, que é o caso Manoel Mattos, a proposta do caso Zé Ricardo, a questão do Aníbal Bruno e a questão de Londrina. Em seguida o conselheiro **Cristian Ribas (Enegrecer)** fez a leitura das comissões aprovadas provisoriamente: (1) **Comissão de direito à cidade;** (2) **comissão direito humano à alimentação adequada, acesso à água e étnico desenvolvimento;** (3) **defensores de direitos humanos;** (4) **instituições de privação de liberdade;** (5) **comissões direito a comunicação e liberdade de expressão;** (6) **comissão “direitos dos povos indígenas”** (7) **Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública;** (6) **GT Soldado Lapoente;** (7) **Comissão “Armamentos de Baixa Letalidade”;** **GT “Atingidos por Barragens” (terá vigência até o fim do primeiro semestre);** **GT Comissão “Monitoramento do PNDH-3”.** Por fim, informou os nomes que comporão a Comissão Organizadora da XII Conferência Nacional de Direitos Humanos: **Membros sociedade civil:** Titular: Cristian Ribas (Enegrecer); Suplente: Leonildo Monteiro (MNPR); Titular: Melisanda Trentin (Justiça Global); suplente: Darci Frigo (Plataforma Dhesca); titular: Rildo Marques (MNDH); suplente: Adelar Cupsnski (CIMI). **Membro do poder público:** Titular: Wellington Pataleão (SDH/PR), suplente: falta indicação; Titular: Gabriel Sampaio (MJ); suplente: Vladimir de Lima (MJ); Titular: Luciana Lóssio (CNJ); suplente: Claudionor Leitão (DPU). Em seguida foram apresentados os representantes do CNDH para o Comitê Executivo: Wellington Pantaleão (SDH/PR); suplente: falta indicação; Ivana Farina (CNPNG); suplente: Carlos Magno (ABGLT). Em seguida, a conselheira **Vera Paiva (CFP)** leu a proposta de texto da moção sobre a regulamentação das comunidades terapêuticas. O conselheiro **Vladimir Lima (MJ)** se posicionou e disse que o texto estava confuso, que os exemplos ficaram um pouco soltos. A conselheira **Ivana Farina (CNPNG)** concordou com a posição do conselheiro, disse que os exemplos ficaram muito sintetizados. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** lembrou que a resolução que havia recebido do CEDECA do Ceará não foi discutida. Propôs que o conselho procurasse novamente o CONANDA, pois quando foi procurado pela primeira vez, pediram que o Conselho procurasse oficialmente a mesa diretora. Após as colocações da conselheira o conselheiro e Vice-presidente interino do CNDH **Cristian Ribas (Enegrecer)** deu por encerrada a reunião.

